

A CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE

Linovaldo Miranda Lemos
Instituto Federal Fluminense
Campus Centro
lino.m.lemos@gmail.com

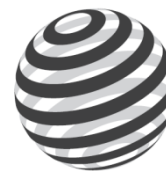
A atualidade do debate

A partir dos anos 1990 a discussão a respeito da necessidade do estabelecimento de parâmetros comuns que pudessem orientar os conteúdos, os objetivos, as competências e as habilidades dos alunos nos diversos níveis do Ensino Fundamental em todo o território nacional entra na ordem do dia. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 9394/1996 (BRASIL: 1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL: 1997) e, mais recentemente o Plano Nacional de Educação, de 2014 (Lei n.º 13.005) e a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (em discussão), podem ser encarados como esforços empreendidos nessa direção.

Hoje gostaria de poder discutir com vocês alguns aspectos da BNCC especialmente naquela parte dedicada à área de Ciências Humanas e em particular à Geografia. Penso ser importante essa discussão não só pelo motivo óbvio de que somos - ou seremos um dia - professores de Geografia na Educação Básica e necessitamos conhecer a legislação e as políticas públicas da área educacional relativas ao nosso campo disciplinas, mas também pelo fato de que essa discussão faz emergir questões ou problemas relativos ao estatuto da Geografia como ciência, o seu papel e importância social e acadêmico, o papel e o alcance da Geografia Escolar e os limites e possibilidades expressos no documento. Então, conhecer a BNCC significa tomar conhecimento das discussões do nosso *métier* enquanto professores, mas também de questões teóricas e metodológicas da disciplina que ensinamos nos seus limites e possibilidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC estava prevista em toda Legislação e segundo o MEC se refere a um esforço de construção de um conjunto de habilidades, competências e conhecimentos essenciais a que todos os estudantes devem ter acesso durante suas vidas escolares. Há explicitamente, na perspectiva do documento, um esforço de se criar uma base curricular de todas as escolas distribuídas pelo Território Nacional, “de norte a sul”. Embora não seja um currículo em si, pretende ser uma ferramenta visando criar uma base comum a fim de orientar a construção dos currículos. Possui uma estruturação em quatro grandes áreas do conhecimento – Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática – e, no interior



dessas grandes áreas, os “componentes curriculares” (ou seja, grosso modo, as “disciplinas”). O documento reúne, para cada uma das grandes áreas e para cada componente curricular, os conhecimentos, os objetivos e os “direitos de aprendizagem” que os estudantes terão acesso ao longo de sua vida escolar, de acordo com as diversas fases do processo. De acordo com o site do MEC o prazo para a sua versão final será junho de 2016. A seguir os princípios orientadores da BNCC:

- a) desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos;
- b) participar e se aprazer em entretenimentos de caráter social, afetivo, desportivo e cultural, estabelecer amizades, preparar e saborear conjuntamente refeições, cultivar o gosto por partilhar sentimentos e emoções, debater ideias e apreciar o humor;
- c) cuidar e se responsabilizar pela saúde e bem-estar próprios e daqueles com quem convive, assim como promover o cuidado com os ambientes naturais e os de vivência social e profissional, demandando condições dignas de vida e de trabalho para todos;
- d) se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, da escrita, das artes, da matemática, das ciências humanas e da natureza, assim como informar e se informar por meio dos vários recursos de comunicação e informação;
- e) desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos;
- f) participar e se aprazer em entretenimentos de caráter social, afetivo, desportivo e cultural, estabelecer amizades, preparar e saborear conjuntamente refeições, cultivar o gosto por partilhar sentimentos e emoções, debater ideias e apreciar o humor;
- g) cuidar e se responsabilizar pela saúde e bem-estar próprios e daqueles com quem convive, assim como promover o cuidado com os ambientes naturais e os de vivência social e profissional, demandando condições dignas de vida e de trabalho para todos;
- h) se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, da escrita, das artes, da matemática, das ciências humanas e da natureza, assim como informar e se informar por meio dos vários recursos de comunicação e informação;
- i) situar sua família, comunidade e nação relativamente a eventos históricos recentes e passados, localizar seus espaços de vida e de origem, em escala local, regional, continental e global, assim como cotejar as características



econômicas e culturais regionais e brasileiras com as do conjunto das demais nações;

- j) experimentar vivências, individuais e coletivas, em práticas corporais e intelectuais nas artes, em letras, em ciências humanas, em ciências da natureza e em matemática, em situações significativas que promovam a descoberta de preferências e interesses, o questionamento livre, estimulando formação e encantamento pela cultura;
- k) desenvolver critérios práticos, éticos e estéticos para mobilizar conhecimentos e se posicionar diante de questões e situações problemáticas de diferentes naturezas, ou para buscar orientação ao diagnosticar, intervir ou encaminhar o enfrentamento de questões de caráter técnico, social ou econômico;
- l) relacionar conceitos e procedimentos da cultura escolar àqueles do seu contexto cultural; articular conhecimentos formais às condições de seu meio e se basear nesses conhecimentos para a condução da própria vida, nos planos social, cultural, e econômico;
- m) debater e desenvolver ideias sobre a constituição e evolução da vida, da Terra e do Universo, sobre a transformação nas formas de interação entre humanos e com o meio natural, nas diferentes organizações sociais e políticas, passadas e atuais, assim como problematizar o sentido da vida humana e elaborar hipóteses sobre o futuro da natureza e da sociedade;
- n) experimentar e desenvolver habilidades de trabalho; se informar sobre condições de acesso à formação profissional e acadêmica, sobre oportunidades de engajamento na produção e oferta de bens e serviços, para programar prosseguimento de estudos ou ingresso ao mundo do trabalho;
- o) identificar suas potencialidades, possibilidades, perspectivas e preferências, reconhecendo e buscando superar limitações próprias e de seu contexto, para dar realidade a sua vocação na elaboração e consecução de seu projeto de vida pessoal e comunitária;
- p) participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva, reconhecendo direitos e deveres, identificando e combatendo injustiças, e se dispondo a enfrentar ou mediar eticamente conflitos de interesse.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaTextosIntrodutorios>

Por meio de consulta pública, via internet, o documento recebeu mais de 12 milhões de contribuições o que, por si só, demonstra o interesse do público e a sua importância. Especificamente com relação ao conhecimento que nos interessa mais de perto aqui, a geografia, o documento teve como equipe formuladora representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Universidades, no caso a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade



Federal de Uberlândia (UFU), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A formulação propõe a organização dos objetivos distribuídos em quatro dimensões que deverão estar presentes em cada uma das etapas da vida escolar:

- ✓ O sujeito e o mundo;
- ✓ O lugar e o mundo;
- ✓ As linguagens e o mundo;
- ✓ As responsabilidades e o mundo.

O detalhamento de todos os objetivos distribuídos ao longo do Ensino Básico ampliaria por demais o debate e fugiria ao que se pretende discutir no presente momento. Recomenda-se, nesse sentido, que todos e todas as pessoas leiam o projeto, conheçam a proposta e se posicione em relação a elas. No entanto, acredito ser oportuno ressaltar que o documento passou pela análise de leitores críticos, especialistas em cada uma das disciplinas convidados pelo MEC visando o seu aperfeiçoamento. São eles:

- ✓ Amelia Regina B. Nogueira (UFAM) – Doutora em Geografia Física (USP)
- ✓ Dirce M.^a Antunes Suertegaray (UFRGS) – Doutora em Geografia (USP)
- ✓ Douglas Santos (UFGD) – Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP)
- ✓ Marcos Antônio C. Couto (UERJ) – Doutor em Geografia Humana (USP)
- ✓ Nestor André Kaercher (UFRGS) – Doutor em Geografia (USP)
- ✓ José Eustáquio de Sene (USP) – Doutor em Geografia (USP)
- ✓ Maria Elena Simiele (USP) – Doutorado em Ciências Humanas (USP)
- ✓ Vânia Rubia Farias Vlack (UFU) – Doutora em Geopolítica – Un. Paris VIII

Acredito ser oportuno realizar uma análise dos pareceres dos leitores críticos disponibilizados no site da BNCC para que possamos, a partir daí, compreender a proposta do MEC nos seus avanços e limitações (o que não elimina a necessidade de uma prévia leitura crítica por parte de todos os interessados no tema). Como forma de organização e visando suscitar o debate nessa tarde, disponho a seguir de questões levantadas pelos leitores críticos, agrupando-as em categorias ou pontos centrais, com objetivos essencialmente didáticos. Não procurei comparar os textos buscando uma unidade entre eles, o que seria não só impossível como também um desvirtuamento dos objetivos com os quais os mesmos foram escritos, individualmente, pelos leitores. No entanto, quando possível, indico as possíveis concordâncias:

a) **Com relação à utilização dos conceitos:** De forma geral, os avaliadores críticos do documento concordam com o fato de que não há clareza e nem consistência na utilização e elaboração dos conceitos e das categorias de análise geográfica. O documento fala em “espacialidades”, “território”, “sustentabilidade”, “paisagem”, “região”, “lugar” sem se preocupar com um rigor conceitual ou com a abertura ao entendimento das múltiplas possibilidades – e divergências – que caracterizam o discurso geográfico. Essa ausência de rigor se estende inclusive a conceitos da área de Ciências Humanas, como “ideologia”, como bem sublinha Eustáquio de Sene. Douglas Santos questiona a própria centralidade com que “espaço geográfico”, enquanto objeto da geografia, é tratada no documento, o que, segundo esse leitor



crítico, negaria a possibilidade de compreensão de que conceitos como paisagem, ecúmeno, meio etc, também são considerados centrais por diferentes tradições do pensamento geográfico. José Eustáquio de Sene, por seu turno, saúda os formuladores do documento base pela iniciativa de retomarem o conceito, muito embora também faça ressalvas e adendos com relação a certos usos e aplicações no documento: aponta inicialmente a necessária ênfase a ser dada à noção de “espaço produzido” e o caráter social da produção do espaço e, mais adiante, chama a atenção – de forma muito pertinente – à confusão que se estabelece no documento entre “categorias” e “conceitos” e, no cerne dessa discussão, “espaço” e “espaço geográfico”¹. Dirce Suertegaray vai mais além, trazendo à baila a importante questão da necessidade do trabalho de construção dos conceitos no trabalho docente. Para ela,

“Na educação básica, o importante é a construção destes conceitos com os alunos a partir de um conjunto de atividades que os levem a esta aprendizagem [...]. O ensino desta forma implicaria mais uma reflexão sobre a construção dos conceitos geográficos (no campo epistemológico) do que um significativo conhecimento por parte dos estudantes do espaço geográfico a partir de seus conceitos”

b) **Com relação à abordagem dada à natureza e sua socialização:** O ponto de partida das críticas ao tratamento dado à natureza encontra-se no objetivo expresso no próprio documento para a área de Ciências Humanas: “Assim, as especificidades da área tratam da compreensão do mundo como processo de construção contínua, por meio de relações dinâmicas e heterogêneas entre **os elementos humanos e não humanos**” (p. 238, grifo meu).

Mais adiante, na parte específica de Geografia:

*“Como ciência, a Geografia se tornou um campo de saber interessado nas inter-relações dinâmicas entre elementos **humanos e não humanos**, materiais e imateriais na sua distribuição pelo mundo, o que constitui o espaço geográfico em construção constante”* (p.266, grifo meu)

A análise de Dirce Suertegaray sobre o texto é elucidativa sobre essa relação (às vezes tensa) na análise dos elementos naturais e sociais por parte da Geografia². Para ela, “o termo utilizado não humano, se não for contextualizado, revela uma generalização e abstração que não permite compreender que, hoje muito do que está inserido no dito não humano já é também humano”.

¹ Eustáquio de Sene, nesse ponto da sua análise, pontua de forma muito assertiva e sagaz a diferença entre “categorias” e “conceitos” que, a meu ver, são confusões presentes não só no BNCC como também no tratamento muitas vezes dado por geógrafos nos seus trabalhos. De forma muito didática, Sene explica que as categorias apresentam um grau de abstração maior e “nesse sentido orientam a interpretação da realidade, mas não servem para apreendê-la”. Esse papel caberia justamente aos conceitos. Estes, os conceitos, mais concretos que as categorias, são adjetivados e fazem parte do corpo epistemológico das diversas disciplinas acadêmicas. Espaço é uma categoria, assim como tempo. Espaço geográfico, por seu turno é um conceito instrumental à Geografia, é o conceito mais amplo da geografia que “adjetiva” o espaço enquanto categoria filosófica.

² Veja-se a esse respeito Gomes (1997)

De forma resumida, essa leitora crítica sugere que: 1) se explique as diferentes concepções da natureza para diferentes sociedades; 2) se aprofunde o que se entende por “ambiental” e “socioambiental”, tratados, equivocadamente, como sendo sinônimos; 3) se reveja a pouca ênfase nos estudos da natureza (mais explicitados no EM e praticamente ausentes no EF).

c) **Com relação aos objetivos da área de ciências humanas e da geografia em particular:** Em maior ou menor grau, os avaliadores questionam a falta de clareza e a difícil compreensão dos objetivos estabelecidos, bem como o fato de que muitos dos objetivos propostos não se vinculariam diretamente ao ensino de geografia em si, mas ao processo de educação como um todo (p.ex. no Ensino Médio se estabelece que a pesquisa geográfica seja um instrumento para a construção de um sujeito ativo no espaço geográfico, fortalecendo a continuidade dos estudos, a preparação para o trabalho e a formação do protagonismo na vida (p. 266.). Nesse contexto, Douglas Santos questiona-se se seria necessário uma BNCC para que crianças e jovens se relacionem, constituam amizades, partilhem sentimentos e emoções? Vânia Vlach, por seu turno, argumenta que apesar do documento-base propor a articulação e a progressão dos componentes curriculares, isto não constata no caso da Geografia;

“Por exemplo, no 6º. ano (p. 273), “cobra-se” o conhecimento da ação da tecnologia após o conhecimento da natureza e seus processos, sem “amarrar” com as relações sociedade-natureza, referidas nos três primeiros objetivos [...]”.

De forma geral ainda, alguns leitores críticos consideraram que certos objetivos não estariam adequados à faixa de idade e maturidade dos alunos, dado o grau de complexidade dos mesmos.

d) **Com relação ao sentido do ensino da geografia:** Nestor Kaercher compreende que a base reforça uma concepção epistemológica que concebe o ato de “educar sendo sinônimo de informar”, ou seja, baseada num conjunto de conteúdos a ser “vencido” pelo professor. Na base de sua argumentação está a defesa de uma concepção de ensino de geografia que estimule nos educandos a capacidade de interpretação e análise dos fenômenos sociais e naturais, sempre de forma plural e relacional. De forma mais específica, a BNCC privilegia a base cultural indígena e afrodescendente (tanto na área de ciências humanas quanto no ensino de Geografia em particular), contudo, alerta-nos Eustáquio de Sene, há que se valorizar igualmente outros povos que também fazem parte da matriz cultural brasileira. Segundo este caso não se atente para esse fato, corre-se o risco de se “substituir um etnocentrismo por outro”.

e) **Com relação à leitura e à abordagem geográfica dos fenômenos:** Este item se refere às formas de abordagem científica dos fenômenos. Engloba simultaneamente questões metodológicas e epistemológicas envolvidas na produção do conhecimento por parte da geografia como conhecimento científico e como disciplina escolar. Douglas Santos, a meu ver, foi o avaliador que mais se dedicou a este ponto principalmente quando realizou uma crítica mais aprofundada não só à clareza dos enunciados dos objetivos como também aos seus sentidos:

“[...] dentre os objetivos da área de Ciências Humanas, um deles seria “Analisar processos e fenômenos naturais, sociais, filosóficos, sociológicos, históricos, religiosos e geográficos”. [...] Analisar fenômenos naturais na área de ciências humanas quer dizer o quê?”

Como os fenômenos podem ser filosóficos, sociológicos, etc.? Do que se fala: um fenômeno filosófico ou uma leitura filosófica sobre um determinado fenômeno?"

Mais adiante, prossegue:

"[...] o objetivo de identificar elementos geográficos é, no mínimo, irrealizável. Não existem elementos geográficos, mas leituras geográficas dos elementos que compõem o fenomênico".

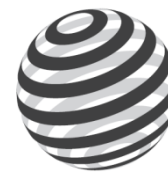
E arremata asseverando que:

"[...] a noção de fato geográfico padece do mesmo problema de elemento geográfico. Os fatos podem ser observados pela sua dimensão geográfica, ou pelo aspecto geográfico que porventura possuem, mas nenhum fato é, em si e para si, geográfico".

f) Com relação à proposta de estruturação/organização do componente geografia: Esse aspecto se refere a não explicitação das razões da escolha das categorias estruturantes de toda a geografia, proposta pela BNCC (O sujeito e o mundo; O lugar e o mundo; As linguagens e o mundo; As responsabilidades e o mundo"). A repetição da palavra "mundo", sem que houvesse um detalhamento e explicitação das razões de sua escolha ou de como esta é relevante e instrumental acaba por enfraquecer o próprio documento. Kaercher é incisivo a esse respeito: Essa amplitude, vagueza no texto dá a ideia de que tudo cabe na geografia porque, afinal, tudo ocorre "no mundo". Douglas Santos mira sua crítica numa mesma direção ao supor que a expressão "mundo" está vinculada a um sentido geral da Geografia, o que seria, além de vazio de significado, uma simplificação já que o mundo "enquanto tal é alvo de reflexão de todas as formas do pensamento". Para além dessas importantes observações de Santos, há aspectos mais imediatos relativos ao trabalho do professor em sala de aula que são apontadas por Eustáquio de Sene:

"A polarização entre o lugar e o mundo [...] também pode ser problemática porque toma os dois extremos das escalas geográficas, dos recortes analíticos da disciplina" [...] Esse recorte [...] pode criar dificuldades para os/as professores/as organizarem seus cursos e elaborarem avaliações, pois há redundância de objetivos numa e noutra dimensão".

Por outro lado, ainda, Sene considera que seria importante listar os objetivos da aprendizagem seguidos dos conteúdos mais importantes a serem trabalhados em sala, visão essa que é compartilhada por Amelia Regina Batista Nogueira ao sublinhar a necessidade da indicação de conteúdos que possam ser referenciados aos objetivos da aprendizagem. Na avaliação dessa leitora-crítica o estabelecimento dos quatro eixos formativos para todo o Ensino acabou por engessar a proposta e a própria formulação dos objetivos (ou seja, a adequação forçosa dos objetivos aos eixos). Eustáquio de Sene vai mais além, demonstrando que não há um diálogo no estabelecimento de categorias estruturantes no seio da grande área de Ciências Humanas (Sociologia e Filosofia sequer trabalham nessa perspectiva), o que dificultará a posterior articulação entre as disciplinas.



g) **Com relação às temáticas negligenciadas³:** A cartografia foi considerada por muitos dos leitores críticos como uma parte deficiente da proposta da BNCC tendo-se em vista a pouca ênfase na alfabetização cartográfica e o pouco entendimento das noções suas noções básicas. Para Simielli, especialista na área, a cartografia está “pouco definida” e “pouco presente”, distante, portanto, do pressuposto das capacidades a serem desenvolvidas no aluno como um leitor crítico e um mapeador consciente. Dirce Suertegaray, de forma muito perspicaz, chama a atenção para o privilégio dado à dimensão cultural - sobre outras possibilidades analíticas – a ênfase nos princípios que enfatizam o vivido, o modo de vida e os grupos. No entanto, segundo a leitora crítica, “A geografia que expressa a produção do espaço a partir da organização social, do poder hegemônico e do capital que o funda não é explicitada”. De forma congruente a isso, Vania Vlach enfatiza a negligência a temas relacionados ao mundo do trabalho e ao ensino profissionalizante. Por fim, essa mesma autora nota uma honrosa ausência no documento: a questão de gênero que não é sequer mencionada na geografia (opinião essa que é seguida por Amelia Regina Batista Nogueira). Daí Vlach indagar-se: como abordar os direitos humanos, as diferenças e desigualdades na organização do espaço e da sociedade ignorando a questão de gênero?

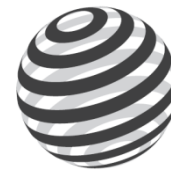
Palavras finais: a (in) visibilidade da questão de gênero e das desigualdades de acesso à educação e a discussão sobre currículo

Acredito ser importante, nesse momento final, fazer coro ao tom crítico que o parecer de Marcos Antônio C. Couto impinge à sua avaliação. Para além de qualquer análise do conteúdo em si mesmo da BNCC há que se ter em mente - e se organizar politicamente contra - as profundas desigualdades de acesso à educação que ainda persistem no nosso país e o desafio de se efetivar uma Base que seja, de fato, nacional e democrática.

A BNCC, para ser efetivada como prática curricular na perspectiva do combate às desigualdades brasileiras requer que as escolas públicas tenham condições mínimas de funcionamento em todo o território nacional. Caso contrário, serão desiguais as condições para atingir os propósitos da educação nacional e da própria BNCC; tornando a educação pública em reprodutora da desigualdade (Couto: 2016, p. 3-4).

Outro ponto a ser destacado, nessas palavras finais, é o desafio da inclusão da igualdade de gênero no debate e nas políticas públicas. A BNCC, como se viu, evoca como primeiro item elencado como sendo seus princípios “[...] prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos”. No entanto, tem havido intensa movimentação (principalmente em redes sociais e internet) no sentido de se retirar qualquer referência à sexualidade e gênero da BNCC.

³ Um ponto comum aos avaliadores foi a ausência de uma bibliografia na BNCC visando tornar mais claras as escolhas teóricas dos formuladores do documento e mesmo facilitar o estudo e leitura do mesmo por parte dos interessados.



A discussão então nos leva a perguntar - seguindo os passos de Joseli Maria Silva (2014) - se gênero e espaço é um tema de Geografia e principalmente, se deve ser abordado a sua discussão no ambiente escolar. Em primeiro lugar há que se ter em mente que o espaço escolar muitas vezes pode ser marcado por sociabilidades marcadas por discriminação, preconceito e violência (real ou simbólica) contra aqueles que fogem de um padrão heteronormativo (SILVA; PINHEIRO DA SILVA: 2011). Por isso mesmo, essa deve ser uma temática que todos nós professores devemos estar atentos e que não poderia deixar de trazer para o debate, mesmo que de forma tão breve.

Pretendo finalizar deixando uma saudação e uma palavra de estímulo a todos os licenciandos aqui presentes. Fui e sou professor durante a maior parte da minha vida. São 26 anos dentro de sala de aula, deparando-me com todas as alegrias e agruras que todos nós, professores, estamos sujeitos. Claro que há cansaço... Muitas vezes, o desânimo. Mas o que quero dizer é que o magistério me deu tudo que tenho e que sou hoje, como pessoa e como profissional. Queria dizer que sou feliz na minha profissão e que tenho certeza que, com erros e acertos, contribuí com a vida de muitas pessoas ao longo da minha carreira.

Termino com um trecho da música “Cacimba de mágoa” de Gabriel O Pensador com participação de Falamansa. Foi escrita para um contexto totalmente diferente do que foi tratado aqui, mas metaforicamente, poeticamente eu espero que seja um acalento quando o cansaço, o desânimo ou a desesperança chegarem.

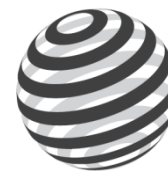
*É quando a lágrima no rosto a gente enxuga e segue em frente
Persistente como as tartarugas e as baleias
E nessa lama nasce a flor que a gente rega
Com o amor que corre dentro do sangue, nas nossas veias
Quem nunca viu a sorte pensa que ela não vem
E enche a cacimba de mágoa
Hoje me abraça forte, corta esse mal, planta o bem
Transforma lágrima em água*

Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 29 de mar. 2016.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 de mar. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em:



BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC; Consed; Undime, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 29 de mar. 2016.

COUTO, Marcos Antonio Campos. Base Nacional Comum Curricular - BNCC Componente curricular: geografia Parecer Crítico. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Marcos_Antonio_Campos_Couto.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

DE SENE, José Eustáquio de. Parecer crítico sobre a Base Nacional Comum Curricular – Geografia. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Jose_Eustaquio_de_Sene_Geografia.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E e outros. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

KAERCHER, Nestor André. Pode a BNCC ajudar a atrair o aluno para a escola, manter seu interesse e fazer com que ele aprenda? Como a BNCC pode ajudar a romper a desesperança dos professores? Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Nestor_Andre_Kaercher.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Componente curricular Geografia e a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Amelia_Regina_Batista_Nogueira.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

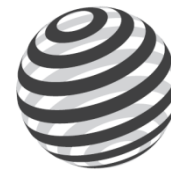
SANTOS, Douglas. Sobre a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Douglas_Santos.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2016.

SENE, José Eustáquio de. Parecer crítico sobre a Base Nacional Comum Curricular: Geografia. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Jose_Eustaquio_de_Sene_Geografia.pdf. Acesso em 27 de mar. 2016.

SILVA, Joseli Maria. PINHEIRO DA SILVA, Augusto César (ORG.) Espaço, gênero e poder: confrontando fronteiras. Ponta Grossa, Editora Todapalavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema da Geografia?. In: AZEVEDO, Daniel. MORAIS, Marcelo Alonso (ORG.) Ensino de Geografia: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro, Consequência, 2014

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Análise crítica da base nacional comum curricular – Geografia. Disponível em:



http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Maria_Elena_Ramos_Simielli.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

SUERTEGARAY Dirce Maria Antunes. PARECER SOBRE O DOCUMENTO DE GEOGRAFIA. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Dirce_Suertegaray_GEOGRAFIA.pdf. Acesso em: 29 de mar. 2016.

VLACH, Vânia BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM – BNCC: notas preliminares. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/pareceres/Vania_Vlach.pdf. Acesso em 18 de mar. 2016.